

Trabalhadores do grupo Águas de Portugal marcam greve nacional

23 de Abril, 2018

Os trabalhadores do grupo Águas de Portugal marcaram greve nacional para amanhã, 24 de abril, pelo aumento de salários, entre outras reivindicações, anunciou o Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local e Regional (STAL).

De acordo com um comunicado divulgado pelo sindicato, os trabalhadores do grupo Águas de Portugal no setor captação, tratamento, distribuição e tratamento da água estão “fortemente mobilizados para realizar a maior paralisação nos últimos vinte anos com a greve de âmbito nacional”, e espera uma adesão forte.

A decisão foi tomada após “dezenas de plenários, ações de distribuição de propaganda e contactos com a população”, segundo o comunicado.

Indica ainda que estes trabalhadores lutam pelo aumento dos salários, a uniformização dos direitos, a regularização dos vínculos precários, a atribuição de carreiras e categorias que correspondam às profissões efetivas e o estabelecimento de sete horas diárias e 35 horas semanais.

“Tal como a generalidade dos portugueses, também os trabalhadores da AdP sofreram uma tremenda degradação do poder aquisitivo, em consequência do congelamento dos salários e das progressões na carreira”, recorda o STAL, acrescentando que “há trabalhadores em empresas do grupo que auferem 586 euros de salário desde 2009 e cerca de 700 trabalhadores tem um salário inferior a 750 euros”.

No final de março, os trabalhadores do grupo AdP, reunidos em plenário, decidiram avançar para a greve, caso a empresa não respondesse positivamente às propostas de aumento salarial e uniformização de direitos, nomeadamente nos subsídios.

“Se não houver resposta positiva à nossa carta reivindicativa, os trabalhadores do grupo Águas de Portugal vão fazer greve, o que acontece pela primeira vez na empresa”, disse, na altura, à agência Lusa, o dirigente sindical Joaquim Sousa.

A principal reivindicação é um aumento salarial, frisou o dirigente, sublinhando que os trabalhadores não têm aumentos desde 2010 e a empresa apresentou, este mês, no Relatório e Contas de 2017, um lucro de 50 milhões de euros da EPAL.

“Há outras questões, como a uniformização de direitos, há discriminações entre os trabalhadores, uns recebem subsídios que outros não têm, mas a questão principal são os aumentos salariais”, explicou.

De acordo com o sindicato, a reestruturação do grupo AdP, conduziu a alterações no âmbito geográfico das empresas, "impondo deslocações e alterações dos locais de trabalho, de horários e, acima de tudo, à situação de trabalhadores com as mesmas funções e antiguidade, auferirem remunerações completamente diferentes".

Na altura, as comissões de trabalhadores do grupo AdP consideraram que a falta de funcionários e a precariedade laboral vivida naquelas empresas podem comprometer o serviço público que prestam.